

O desmonte e a conversão dos núcleos residenciais operários construídos pela CESP

Mônica Peixoto Vianna

Arquiteta, mestre pelo programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos - USP, Avenida Trabalhador Sancarlense, 400, CEP 13566590, São Carlos, SP, (16) 3373-9312, monica_vianna@yahoo.com

Resumo

O artigo analisa o processo de desmonte pelo qual passaram os núcleos residenciais construídos pela Companhia Energética de São Paulo (CESP), sendo parte dos resultados da dissertação de mestrado "Núcleos residenciais da CESP: o processo de desmonte", defendida em outubro de 2006. Através desta pesquisa constatou-se que esse processo se deu sob diferentes formas, como a alienação e venda a empreendimentos de lazer e turismo, a cessão das casas à Fundação CESP para conversão em colônias de férias, a conversão do núcleo em bairros ou cidades e a demolição total das habitações.

Palavras-chave: núcleos residenciais, desmonte, conversão

Introdução

A emergência da grande indústria trouxe consigo um forte esforço de reorganização do trabalho e principalmente do controle dos trabalhadores em certas circunstâncias de seu cotidiano. A partir da segunda metade do século XIX, difundiu-se largamente pelo Brasil a prática da criação, por empresas, de vilas operárias em cidades e de núcleos fabris em localidades rurais.

A construção de habitação operária por indústrias esteve relacionada com a necessidade de construção de fábricas em localidades rurais, junto às fontes de energia e de matéria-prima, e esteve, segundo Correia (1998b), inserida em uma estratégia de disciplina da mão-de-obra, fundamentada na sedentarização, na moralização dos costumes e na difusão de novas noções de higiene.

Afastando-se do ambiente das grandes cidades, visto como fonte de perigos sanitários, morais e políticos, ampliou-se o controle das circunstâncias que envolviam o cotidiano operário nos assen-

tamentos, o que possibilitou aos industriais a chance de obter um grupo de trabalhadores mais produtivos e regrados. A vida e a organização do trabalho nestes núcleos exigiu uma grande adaptação dos trabalhadores a novos hábitos domésticos e de lazer, a uma nova distribuição de atividades regidas pelo tempo linear do relógio, da disciplina da fábrica, da escola, do padre, do vigia e do médico. Por sua vez, "a vila operária, é um dos bens em que o capital privado investe para tornar possível *armazenar* a força de trabalho livre necessária à produção" (BLAY, 1995, p.40).

De acordo com Correia (1997), recentemente, muitas vilas operárias e núcleos fabris erguidos nos séculos XIX e XX entraram em processo de desmonte. Motivadas por diversas causas, a autora afirma que as empresas começaram a se desfazer de suas casas e equipamentos de uso coletivo, em diversos estados do país, fazendo com que as vilas e os núcleos residenciais que criaram se encontrem hoje, na maioria dos casos, descaracterizados ou demolidos.

Por desmonte, entendemos o desmanche do sistema de gestão do trabalho baseado no modelo que vincula empresa e moradias presentes nestes locais. Este desmonte, no entanto, assumiu diversas formas, como a demolição causada muitas vezes pela valorização dos terrenos e que resultava na rápida supressão das moradias e dos equipamentos de uso coletivo da paisagem; a venda dos imóveis junto com a transferência ou o fechamento dos espaços coletivos, como prática mais usual, e que resultava em uma descaracterização das construções que podiam ser ampliadas ou ainda terem seus usos modificados; e, por fim, o aluguel ou a cessão a não-operários ou a ex-operários da empresa, uma prática um pouco menos comum. Também existiram casos em que os núcleos, pela aproximação de cidades vizinhas, acabaram tornando-se bairros das mesmas ou, ainda, por sua integração com a “cidade-livre” e por pressão dos moradores, acabaram convertendo-se em cidades (CORREIA, 2004, p.163-164).

Tal processo, iniciado no Brasil desde o final do século XIX, acelerou-se em meados da década de 1980, em um contexto de difusão de idéias e políticas neoliberais, juntamente com uma reestruturação empresarial e com mudanças nas relações entre capital e trabalho. O resultado foi o fechamento de algumas empresas, a terceirização de outros segmentos de produção e ainda a busca pela redução de custos extras com a força de trabalho. Neste panorama, iniciou-se em muitas fábricas, usinas, empresas agro-extrativas e companhias estatais um processo discreto de desmonte de vilas operárias e núcleos fabris. Entre as várias razões que nortearam tais decisões, percebe-se a falta de interesse em sua manutenção devido ao fato de ser considerado, muitas vezes, “uma fonte adicional de gastos e preocupações, que desvia a empresa de sua finalidade produtiva e prejudica sua competitividade, e como algo cuja provisão não é de sua competência, e sim, do próprio trabalhador ou, no máximo, do Estado” (CORREIA, 1997, p.9).

Núcleos residenciais de hidrelétricas no Brasil

Dentro do conjunto de empresas que criaram núcleos residenciais para seus empregados no Brasil durante o século XX situam-se as de geração de energia elétrica privada e, sobretudo, as estatais.

As primeiras usinas passaram a ser implantadas no final do século XIX e, já em 1889, inaugurou-se a primeira usina hidrelétrica de maior porte e para uso público em Juiz de Fora, Minas Gerais.

No interior do Estado de São Paulo, as primeiras empresas de energia elétrica também foram montadas ainda no século XIX, sendo algumas junto a fábricas têxteis. Para a implantação de usinas hidrelétricas de maior porte, constatou-se que era necessária a construção de “vilas definitivas”, nas quais se instalavam os engenheiros e técnicos da usina, e a existência de “vilas provisórias”, destinadas aos trabalhadores absorvidos no período de obras.

O estabelecimento da infra-estrutura para acomodar os trabalhadores envolvidos na construção de obras de geração de energia, principalmente nas de grande porte, era de fundamental importância para o desenvolvimento do programa executivo da obra principal. Como uma tarefa que implicava múltiplos e complexos aspectos, não só pelo fato de equivaler à implantação de uma aglomeração nova, mas principalmente porque, normalmente, eram implantadas em regiões isoladas e acabavam envolvendo profissionais de diferentes áreas.

As empresas concessionárias de energia elétrica freqüentemente construíam e administravam vilas e núcleos residenciais destinados a seus funcionários. As finalidades principais desses espaços eram abrigar, durante a construção da usina, os trabalhadores chamados barrageiros e os responsáveis pela operação da usina, seus operadores. Enquanto as maiores vilas de barrageiros chegavam a atingir o porte de cidades, com 20 ou 30 mil pessoas, as vilas de operadores normalmente abrigavam apenas algumas centenas de pessoas.

Os primeiros núcleos residenciais foram construídos em virtude do isolamento em que estavam as usinas, como fator de atração e fixação dos empregados naqueles locais. Posteriormente, as cidades e regiões próximas aos empreendimentos foram crescendo e se desenvolvendo. Assim, a opção por casas localizadas em uma ou mais cidades foi uma alternativa usada por algumas empresas, visando, sobretudo, à redução de custos relativos à infra-estrutura.

Embora necessários no início, os núcleos residenciais das empresas concessionárias de energia tornaram-se menos úteis a elas, além de trazerem ônus progressivamente maiores, sob diversos aspectos. A demolição das vilas e dos núcleos operários contribuiu para apagar registros importantes da história da indústria e do patrimônio por elas construído. Quando o desmonte estava associado à venda das casas, ele podia, ao contrário, representar um ganho, pois acontecia a reutilização dos espaços, apesar da descaracterização de sua arquitetura. Nos casos de cessão das moradias a empresas ainda ligadas às usinas, a tendência era de que essas casas fossem preservadas por mais tempo. E, quando o núcleo tornava-se um distrito irradiador de desenvolvimento para sua região, as alterações decorrentes de sua venda, tanto à iniciativa privada quanto a novos moradores, acabavam por apagar os vestígios do que um dia foi um acampamento de trabalhadores.

Muitas vilas e núcleos residenciais construídos pela CESP, no entanto, permaneceram ignorados pela historiografia de arquitetura. Vários deles, após sua desvinculação da empresa, desapareceram sem deixar registro, enquanto outros continuam existindo com novos usos. Uma grande parte desses núcleos, porém, teve uma trajetória singular, muito em decorrência de suas localizações e projetos, e, após o processo de desmonte, tiveram parte de suas construções e formas preservadas, vinculando-se, através da venda ou cessão, a empreendimentos ligados ao lazer, turismo e preservação ambiental.

Este artigo analisa as várias modalidades de desmonte empregadas pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) e os destinos seguidos por esses.

A CESP e suas habitações

A implantação das empresas estatais de energia elétrica no Brasil deu origem, em 1966, à Companhia Energética de São Paulo (CESP), através da fusão de cinco delas com outras seis, originalmente privadas. A partir daí, a Companhia passou a realizar todas as etapas de produção, desde os estudos de viabilidade dos aproveitamentos de recursos naturais para geração de energia, até sua distribuição domiciliar. Durante sua consolidação, a CESP formou quadros interdisciplinares voltados ao estudo, à

análise, à avaliação e à aplicação de critérios, diretrizes, planos e programas destinados a adequar os territórios atingidos pelas suas atividades. A Divisão de Arquitetura e Urbanismo da CESP, formada para complementar as atividades de engenharia, tirou “de sua própria experiência de projetar as diretrizes para o gerenciamento dos trabalhos das empresas projetistas, assumindo com freqüência as decisões no campo de sua especialidade” (TSUKUMO, 1989).

Ao longo do tempo, foram desenvolvidas variadas propostas para partes diferentes dos empreendimentos hidrelétricos, como o alojamento de seus trabalhadores, as edificações comunitárias, as vilas de operadores, os canteiros e escritórios, as casas de força, as casas de comando, o comando de eclusa, as subestações e, mesmo, intervenções mais amplas junto ao reservatório, como os reassentamentos de populações e de atividades, o sistema viário, o tratamento paisagístico, o reflorestamento e a piscicultura. A fixação da mão-de-obra exigiu soluções que possibilitassem o atendimento de suas necessidades básicas durante a parte de suas vidas que passariam junto aos canteiros de obras e, simultaneamente, o controle do impacto produzido nos núcleos urbanos próximos às obras (CESP, 1982).

Apesar de representarem parcela relativamente pequena do empreendimento principal, as obras de apoio deslocavam recursos consideráveis, exigindo administração inteligente e visão de longo prazo, no sentido de minimizar custos de desativação de equipamentos transitórios, recuperar as áreas de canteiros e possibilitar a reutilização total ou parcial de edificações em obras futuras. Cada vez mais o conjunto de obras complementares influía na realização do empreendimento principal, exigindo estratégias adequadas para mitigar os efeitos de intervenções dessa natureza (TSUKUMO, 1994).

A concepção dos projetos das obras de apoio e das usinas hidrelétricas da CESP, de forma geral, esteve sempre ligada à evolução das experiências construtivas e formais da arquitetura moderna brasileira. Essa vinculação levou muitas vezes ao uso de formas puras e marcantes, ao emprego do concreto aparente e da construção industrializada. A pesquisa tecnológica e científica que ancorava esses

projetos foi sedimentada ao longo de pelo menos três gerações. Pela primeira vez, uma larga experiência de iniciativa estatal se conjugava com a universidade, as empresas, a indústria e as firmas de projeto.

O arquiteto e sua equipe não eram responsáveis apenas pelas atividades ligadas às obras e edificações complementares, mas também interferiam na organização espacial de todo o conjunto e no detalhamento construtivo das obras principais das usinas. No Brasil, esse tipo de experiência influenciou na valorização desse ramo profissional, destacando-o dentro de um quadro dominado, até então, por engenheiros. A experiência do setor de arquitetura na CESP também pode ser considerada exemplar pela pesquisa tecnológica e científica que desenvolveu. A análise dos objetos edificadas pela Companhia, revela o quanto ela investiu na busca por uma arquitetura inovadora, que serviu de suporte para grandes experimentações no campo na construção civil.

A origem de suas vilas residenciais está nas obras das usinas hidrelétricas, em sua maioria, executadas ou iniciadas pelas concessionárias anteriores. A arquitetura na Companhia seguiu dois caminhos convergentes: o do arquiteto Hélio Pasta (n. em 1927) e do engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange (1922-2005). A contribuição de Pasta caracterizou-se nas obras das Usinas Elétricas Paranapanema (USELPA), e a de Mange, na Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo (CHERP) e das Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (CELUSA), por meio de seu escritório privado de arquitetura, a Planemak – Planejamento de Edifícios e Cidades Ltda., em sociedade com o arquiteto Ariaki Kato (n. em 1931).

Com o tempo, a CESP acabou por consolidar-se como uma grande patrocinadora da arquitetura, cujos projetos de hidrelétricas criaram a oportunidade para experimentações “fortemente impregnadas pelo racionalismo técnico, numa materialização do ideário modernista dos anos de 1920 no qual a arquitetura deveria representar a nova sociedade industrial” (SEGAWA, 1999, p.167).

O plano diretor do canteiro de obras das usinas hidrelétricas da CESP contemplava aspectos paisagísticos, de organização do trabalho e mesmo

de racionalização construtiva, tendo em vista que essas realizações tinham um horizonte temporal de utilização. Procuravam-se soluções que reduzissem o trabalho de recuperação da paisagem ao final das obras, como as chamadas áreas de empréstimo e bota-fora e o sistema viário. As instalações transitórias admitiam remoção e reaproveitamento, com um mínimo de perda, ao final dos trabalhos (estruturas metálicas ou de madeira desmontáveis) e eram implantadas de forma a evitar grandes volumes de terraplanagem.

As grandes disparidades existentes entre as diversas regiões e as peculiaridades de cada empreendimento hidrelétrico dificultavam o estabelecimento de diretrizes gerais para a implantação e gerenciamento das vilas residenciais. Assim, as condições sócio-econômicas da região onde se situava a usina, as cidades próximas, o sistema viário regional, a necessidade de conciliar os interesses envolvidos e a preocupação de assegurar o melhor retorno dos investimentos orientavam a escolha da solução.

No entanto, a experiência da Estatal na construção de vilas e núcleos residenciais operários, se organizou em torno de três modelos básicos de atuação, que mostram a consciência da necessidade de otimização sócio-econômica dos investimentos, no sentido de integrá-los em um quadro de desenvolvimento regional.

O primeiro deles foi a construção de um núcleo residencial próximo ao canteiro de obras e isolado da estrutura urbana existente, posição estratégica que facilitava o controle e aumentava a produtividade, uma vez que os funcionários estavam sempre disponíveis para trabalhar. Esse modelo foi realizado, por exemplo, nas vilas de operadores das UHE's de Barra Bonita, Bariri, Ibatinga, Limoeiro, Jurumirim, Salto Grande e Paraibuna.

Outra opção adotada foi a implantação de um núcleo habitacional permanente em regiões onde, normalmente, a rarefação da rede urbana impedia a utilização de cidades próximas, como apoio. Esse núcleo deveria ser equipado com toda a infra-estrutura necessária para seu funcionamento pleno e autônomo, tornando-se um pólo de desenvolvimento futuro para a região, fato que ocorreu em Ilha Solteira - inicialmente acampamento e depois

convertida em cidade – e em Porto Primavera – já implantada como “cidade-aberta”.

A elaboração do projeto de núcleos residenciais próximos aos canteiros de obras dependia de interesses governamentais em implantar um núcleo permanente. Tal atitude possibilitaria transferir à região, após a conclusão da usina, os melhoramentos realizados. Caso esse interesse não se manifestasse, a alternativa era a construção de um núcleo de caráter transitório, empregando-se técnicas construtivas que permitissem sua remoção, como ocorrido com o acampamento de Jupia.

Outra possibilidade era a utilização de uma solução mista, onde parte do núcleo seria permanente e a outra removida após o término das obras, como em Bariri, Ibatinga etc. Assim, a parte permanente deveria ser dimensionada de acordo com o plano de desenvolvimento regional e a necessidade da empresa em acomodar os operadores da usina. Essa solução tinha a vantagem de eliminar as implicações decorrentes da desativação das obras e o reaproveitamento de parte das edificações.

Por fim, a CESP também fez uso de um modelo que adotava a ocupação de cidades próximas, quando a estrutura urbana comportava, seja por aluguel ou construção de casas. Esta solução foi bem aceita, uma vez que repassaria grande parte dos custos à infra-estrutura da região, minimizando as

implicações que surgiriam na desativação dessas obras de apoio, sendo utilizada durante as obras das UHE's de Água Vermelha, Capivara, Nova Avanhandava e Taquaruçu. Nesse caso, a Companhia considerava primeiramente o aluguel de casas já existentes nas cidades próximas, depois a construção de casas integradas a estas e, por fim, a construção de vila anexa à cidade mais próxima já existente, se possível devendo ser pré-fabricada.

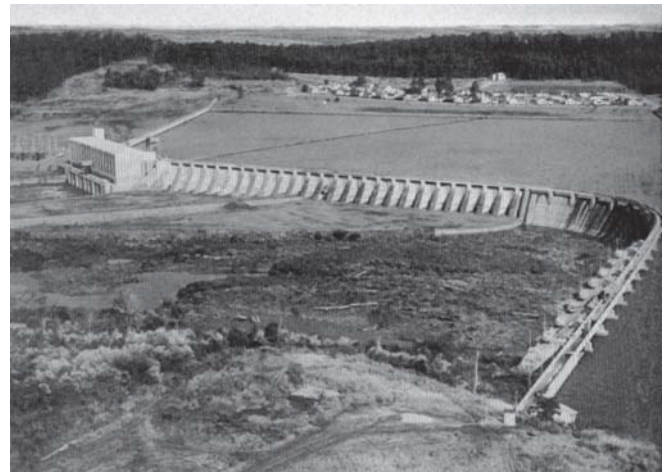
Desta maneira, os projetos de arquitetura das usinas da CESP podem ser agrupados por fases segundo sua forma de produção e dispostos em ordem cronológica pela data de inauguração, segundo classificação proposta por Nina Maria Janra-Tsukumo (1989).

No primeiro grupo, a autora inclui Salto Grande (1958); Jurumirim (1962); Barra Bonita (1965); Bariri (1967) e Ibatinga (1969), cujos projetos foram acompanhados pelo arquiteto Hélio Pasta, segundo solicitações do engenheiro Mario Lopes Leão. Na mesma época, o engenheiro Robert Mange participava dos projetos das usinas de Limoeiro (1958), Euclides da Cunha (1960) e Caconde (1966), no vale do Rio Pardo; e depois as usinas de Jupia (1969) e Ilha Solteira (1973), incluídas no segundo bloco.

Em seguida, trata da primeira fase da Divisão de Arquitetura da CESP, com as usinas de Chavantes (1970), Mário Lopes Leão (1975) e Capivara (1977),

Figura 1: Antiga vila de operadores da UHE Barra Bonita, 1976. (Fonte: Acervo do Hotel Estância Barra Bonita).

Figura 2: Antiga vila de operadores da UHE de Salto Grande. (Fonte: USINAS ELÉTRICAS DO PARANAPANEMA S/A, 1989, p.64).



desenvolvidas pela equipe da referida Divisão, juntamente com a colaboração de Júlio Katinsky, em Chavantes. Paralelamente foram também projetadas as usinas de Jaguari (1972), Paraibuna-Paraitinga (1978) e Água Vermelha (1978).

Por fim, agrupa as usinas de Nova Avanhandava (1978), Rosana (1987), Taquaruçu (1992), Três Irmãos (1990) e Porto Primavera (1994), representativas da época em que o desenvolvimento tecnológico da CESP era compartilhado por várias firmas projetistas do setor elétrico, além de Canoas I e II, São José e Carrapatos, mais recentes, e do restauro da Usina do Corumbataí.

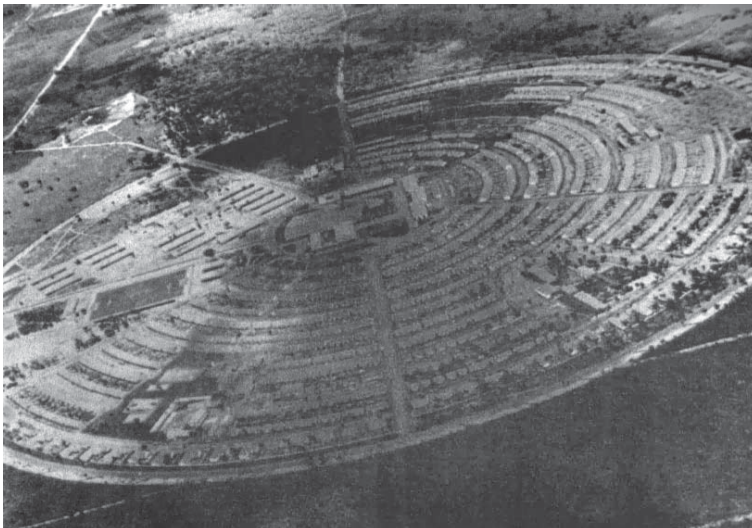
Nas primeiras hidrelétricas, construídas nas décadas de 1950 e 1960, as empresas concessionárias paulistas construíam e mantinham núcleos residenciais para seus próprios trabalhadores, normalmente em áreas privilegiadas próximas ao futuro lago, e que, após a conclusão das obras, eram destinados a acomodar os operadores das usinas e suas famílias. Conforme mostra o livro *Arquitetura na CESP* (1994), eram bem construídos, com boa manutenção e, além das casas, possuíam pequenos hotéis, refeitórios, clubes, piscinas e áreas para prática desportiva, com cuidadoso tratamento paisagístico.

Os empreendimentos hidrelétricos de maior porte, do início dos anos 60, localizados em partes remotas do estado, necessitavam de um número muito grande de trabalhadores. A questão dos alojamentos passou a ser tratada a partir de uma visão de planejamento urbano, contemplando as necessidades mínimas de equipamentos comunitários. Nestes casos, para a Empresa, impunha-se a “intervenção do arquiteto planejador na organização do espaço, dimensionando e equacionando as necessidades de educação, saúde, lazer, transporte, abastecimento, com vistas ao equilíbrio das relações de convivência” (CESP, 1982).

Um marco importante da primeira fase, tanto por seu porte como por sua escala, foi a construção do acampamento de Jupia, de 1961, no rio Paraná. Em função da distância da obra a centros urbanos de maior porte e da inexistência na região de mão-de-obra disponível, impôs-se a implantação de um acampamento e de uma vila de operadores próximos ao canteiro de obras da usina. O equipamento comunitário foi pensado de modo a ser complementar ao da região. Devido às suas dimensões, o acampamento de Jupia, com seu rígido traçado radioconcêntrico, constituiu-se como um verdadeiro núcleo urbano, chegando ao número de 14.000 habitantes. Apesar disso, teve caráter

Figura 3: Vista do acampamento de Jupia. (Fonte: revista *Acrópole*, n.289, 1962).

Figura 4: Vista do núcleo residencial de Ilha Solteira. (Fonte: TSUKUMO, 1994, p.102).



temporário, uma vez que, concluída a obra, o acampamento foi removido, restando apenas a vila dos operadores da usina. Sua remoção, entre 1969 e 1970, não aumentou o custo da usina, mas deixou de repassar à região os eventuais benefícios que, a longo prazo, sua permanência poderia ter gerado. Administrativamente, caracterizou-se como uma comunidade “fechada”, submetida ao controle da empresa, que acabou por transformar os habitantes em cidadãos tutelados, já que comprometia a espontaneidade das relações sociais (TSUKUMO, 1994).

O exemplo mais relevante da segunda fase foi o núcleo urbano de Ilha Solteira, de 1967, que chegou a contar com 30.000 habitantes, no período de pico de concentração de trabalhadores. Implantado em caráter permanente com custo equivalente ao de um temporário, teve como objetivo transferir à região os melhoramentos gerados com sua criação. Caracterizou-se como um modelo intermediário de organização entre o paternalismo do acampamento e a estrutura de uma cidade que, segundo análise de Tsukumo (1994), era uma comunidade um pouco mais aberta, na qual o trabalhador ainda era bastante tutelado pela Companhia. Esta foi a primeira experiência de um aglomerado urbano permanente, voltado inicialmente para abrigar a população de operários envolvidos em uma obra, que depois se transformaria em

município independente. Ao final da década de 1980, Ilha Solteira já possuía uma população de cerca de 25.000 habitantes e se converteu em um pólo de desenvolvimento regional.

A rede urbana e as características sócio-econômicas existentes na região permitiram adotar um modelo diferente de apoio para as obras da UHE Água Vermelha, de 1978, convertendo esse caso em uma referência da terceira fase. Em lugar de construir uma nova cidade, como relata Pasta (1985), optou-se por usar as cidades próximas e nelas incluir as habitações e os equipamentos necessários. Os solteiros foram alojados em acampamentos junto às obras e os casados e suas famílias ocuparam habitações construídas em cinco cidades vizinhas. Concluídas as obras da usina, os benefícios gerados pela presença da CESP – estradas, pavimentações, água, esgoto, luz, escola, hospital, clube – foram incorporados às comunidades. As habitações permanentes foram alienadas, ou ocupadas pelos operadores da usina, e as transitórias integralmente transferidas para outra obra.

Os resultados, julgados satisfatórios, do modelo adotado em Água Vermelha – anteriormente experimentado em Capivara, de 1976 – contribuíram para sua reprodução em Nova Avanhandava, em 1982, onde a consistente rede urbana regional assegurou a absorção das obras de apoio. Ao

Figura 5: Vila operária da UHE Água Vermelha na cidade de Guarani D’Oeste. (Fonte: TSUKUMO, 1994, p.106).

Figura 6: Vila operária da UHE Nova Avanhandava na cidade de Birigüi. (Fonte: TSUKUMO, 1994, p.109).



final das obras, os núcleos residenciais integrados à cidade foram desativados sem dificuldade.

As obras das usinas hidrelétricas Rosana e Porto Primavera, de 1980, apresentavam grandes particularidades. Segundo o trabalho de Tsukumo (1994), o regime de propriedade e a baixa qualidade das terras retardaram a ocupação e o desenvolvimento da região. Verificada a impossibilidade de contar com as cidades disponíveis, recorreu-se à implantação de uma cidade, capaz de acolher uma população de 25.000 habitantes, necessária para a construção das duas usinas. Assim, projetou-se um assentamento que comportaria um núcleo central permanente com 1.500 habitações, envolvido por um anel com 3.000 habitações pré-fabricadas, integralmente desmontáveis, passíveis de remoção parcial ou total. Esse anel conferia ao núcleo de Porto Primavera condições de ajustar suas dimensões futuras de acordo com os estímulos e as necessidades locais. Os serviços básicos foram assumidos pelos respectivos órgãos institucionais e o rígido controle adotado em exemplos anteriores foi abandonado. O trabalhador não era mais tute-

lado e à iniciativa privada foi assegurada a livre participação, constituindo-se o que se pode chamar de uma “cidade aberta”.

Percebe-se como a Divisão de Arquitetura da CESP acumulou razoável experiência na implantação e no gerenciamento de núcleos residenciais construídos para fornecer apoio às obras de suas hidrelétricas. Constatou-se a presença de planejamento urbano em todos os casos estudados, com a participação de diferentes profissionais como arquitetos, urbanistas, engenheiros e paisagistas, pertencentes ou não à Divisão. Estes empregavam conceitos derivados de experiências urbanísticas como núcleos fabris do século XIX, a unidade de vizinhança, a cidade-jardim, os postulados urbanísticos difundidos pelos CIAM, e ainda, de algumas mais recentes, como as da *Tennessee Valley Authority* – a TVA. Dessa forma, projetavam uma arquitetura funcionalista, com materiais industrializados que racionalizavam a construção, procurando adaptá-la ao clima e à mão-de-obra das regiões em que se localizavam os empreendimentos.

Figura 7: Vista aérea do núcleo de Porto Primavera. (Fonte: Acervo da CESP Porto Primavera).



O processo de desmonte

Reabilitar, requalificar, renovar, revitalizar, readaptar, reciclar são alguns dos termos incorporados ao vocabulário da arquitetura, nesta “busca” de salvar prédios – muitos dos quais construídos para fins industriais – descartados, conferindo-lhes novos significados e usos. Também os núcleos fabris criados por fábricas para abrigar seus operários, técnicos e gerentes sofrem os profundos impactos da velocidade das mudanças no mundo industrial (CORREIA, 1998a).

A partir de certo momento, do ponto de vista das atividades principais das empresas, as vilas e os núcleos operários passaram a ser vistos como um problema e um custo adicional. Entretanto, do ponto de vista social, eles continuavam a ser um apoio importante para as populações trabalhadoras e para a população das regiões em que eram implantados. Ao lado das questões relativas à definição da concepção de implantação desses espaços, existiram muitas implicações que surgiram com o término das obras das usinas e com a fixação ou desmobilização dessas vilas e núcleos, que envolveram aspectos tão ou mais complexos que aqueles decorrentes de suas construções.

A implantação das vilas e dos núcleos operários passou a ser estudada pela CESP, prevendo-se o desenvolvimento que teriam as regiões, inclusive em função das usinas e subestações, para aproveitar ao máximo as cidades existentes. Com o tempo, a empresa passou a evitar a criação de comunidades fechadas, artificiais, e, por outro lado, buscou dimensionar, da melhor maneira, as instalações de apoio às obras, de modo a que fossem, sempre que possível, temporárias, e que afetassem ao mínimo a vida e a infra-estrutura das povoações existentes antes das obras.

Dessa forma, algumas estratégias que justificavam a construção de vilas residenciais permanentes foram sendo modificadas, até serem praticamente invertidas. A CESP deixou de construir vilas residenciais permanentes, passando a alienar e desativar as existentes, por concluir que elas se tornaram desnecessárias ou mesmo prejudiciais à empresa.

Esse redirecionamento decorreu do crescimento das cidades, que nos últimos anos, acabou por torná-las mais atrativas e, também, por uma nova visão gerencial que identificava problemas econômicos, sociais e administrativos nas vilas residenciais do setor elétrico, como os mostrados no relatório da Eletrobrás (1980). Alguns dos pontos levantados pela Empresa eram relativos: ao custo de manutenção e conservação dessas vilas e de seus serviços públicos e assistenciais; a problemas de relacionamento interpessoal, familiar ou grupal, com tensões e incompatibilidade; e à diminuição da importância estratégica da usina para o sistema elétrico como um todo, à medida do crescimento do mercado, da interligação progressiva dos sistemas e da construção de novas usinas, em geral, maiores que as anteriores. Também havia o fato de se estabelecer uma situação ambiental e social artificial, que necessitava ser sempre alimentada e controlada pela empresa; a competição com as cidades naturais próximas, à medida que surgiam novas necessidades dos moradores das vilas, principalmente educacionais; o surgimento de problemas de ocupação residencial das casas de vilas por viúvas de empregados que não tinham para onde ir e mesmo, de empregados aposentados que não queriam se mudar; e, finalmente, dificuldades de alocação das casas, sempre que o contingente da usina era superior ao número de casas de padrão adequado para alojá-lo.

Diante desse quadro, a CESP concluiu que, em subestações, nunca se justificava a construção de casas para operadores, uma vez que sempre haveria cidades próximas. Quanto às usinas, mesmo nos raros casos em que se justificava, a curto prazo, a construção de vilas, a médio prazo, raramente se justificaria e, a longo prazo, nunca.

A visão que justificava a implantação de vilas isoladas e próximas às usinas foi substituída, então, por uma na qual o estabelecimento de uma política de recursos humanos não diferenciava seus funcionários de operação dos demais setores da companhia. Assim, a Companhia descartou a necessidade de construção de vilas de operadores bem como a manutenção de núcleos dessa natureza já existentes, com a adoção de um elenco de medidas alternativas para os funcionários dessa área. A partir

da década de 1970, houve um intenso processo de desativação dos núcleos existentes, resultando em destinos diversos.

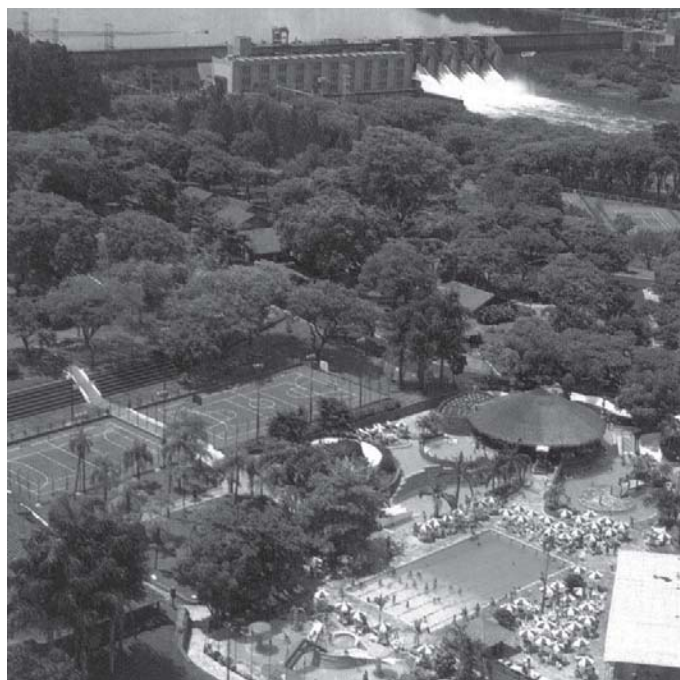
A CESP cuidou de promover, inicialmente, a desocupação das casas em processos que chegaram a demandar até quatro anos em alguns casos. Uma vez desocupadas, era possível desativá-las totalmente, passando então à alienação sob algumas modalidades, como a venda a empresários do ramo do lazer; a cessão à Fundação CESP que as transformou em colônias de férias para seus funcionários; a conversão em bairro ou mesmo em cidades e, ainda, em alguns casos, a demolição total das habitações.

A vila dos operadores da usina hidrelétrica de Barra Bonita (1965), por exemplo, que possuía 15 casas para alojar o pessoal técnico e suas famílias, além de uma pousada (destinada às autoridades e responsáveis pela supervisão do andamento dos serviços, em suas visitas periódicas), quadras de esporte e piscina para uso dos moradores, foi vendida a empresários da rede privada do setor hoteleiro, no início da década de 1970. Através de reformas, ampliações e a implantação de equipamentos, o espaço “transformou-se”, a partir de

1976, no Hotel Estância Barra Bonita. A antiga pousada foi adaptada para ser a recepção e a parte administrativa do Hotel, bem como o local onde se localizam o restaurante, a sala de espera e de TV, o bar, a sala de jogos e de reuniões e os serviços, as casas existentes foram divididas em chalés e novas unidades foram construídas. Hoje, é classificado como “Hotel Quatro Estrelas” pela Embratur, contribuindo para a consolidação do lazer e turismo como bases da economia da Estância Turística de Barra Bonita. Esse tipo de desmonte, no qual ocorreu a conversão do espaço de trabalho em local de lazer, foi possível pela potencialidade turística da região em que se localizava e, sobretudo, pelos equipamentos existentes no núcleo.

Já as vilas dos operadores das UHE’s de Salto Grande (1958), Jurumirim (1962), Bariri (1967), Ibitinga (1969) e Paraibuna (1978) foram cedidas à Fundação CESP (órgão de assistência aos empregados da Companhia que além do serviço previdenciário, administrava pousadas destinadas a proporcionar lazer aos associados e dependentes de suas mantenedoras) para serem convertidas em colônia de férias – pousadas – dos funcionários da empresa. Com o objetivo de resguardar as pousadas e

Figura 8: Hotel Estância Barra Bonita. (Fonte: Acervo do Hotel Estância Barra Bonita).



torná-las viáveis tanto para os funcionários como para os novos donos, as diversas associações da categoria constituíram um consórcio para administrá-las. Assim, no final da década de 1990, as pousadas passaram a ser gerenciadas por empresas licitadas e profissionalizadas que explorariam os locais, mantendo os benefícios de lazer a preços módicos aos funcionários ativos e aposentados da CESP e das empresas resultantes de sua cisão, bem como a pensionistas, familiares, dependentes e seus associados, e agora, também ao público em geral.

As casas foram divididas em apartamentos, as áreas de lazer foram ampliadas com a implantação de mais quadras, piscinas e centros de convenções. Dessa maneira, passaram a receber um tratamento

paisagístico mais aprimorado, privilegiando suas grandes áreas verdes de preservação, o entorno das casas e a ligação visual com a barragem e a represa. Hoje, por exemplo, em Bariri funciona o Hotel Pousada Villa Bariri; em Ibitinga, o Village Hotel Ibitinga; em Jurumirim, funciona o Hotel Pousada Jurumirim; em Salto Grande, o Hotel Pousada Salto Grande e, em Paraibuna, o Hotel Pousada Paraibuna. Essas pousadas se configuram como mais um equipamento de turismo do interior do estado de São Paulo, integrando um movimento de expansão de uma modalidade de lazer desenvolvida junto aos lagos das usinas hidrelétricas, ligada ao setor terciário da economia e à grande demanda de lazer das populações urbanas.

Figura 9: Hotel Pousada Villa Bariri. (Fonte: Acervo da AES Tietê/UHE Bariri).

Figura 10: Village Hotel Ibitinga. (Fonte: Acervo da AES Tietê/UHE Ibitinga).

Figura 11: Hotel Pousada Jurumirim. (Fonte: Acervo da Duke Energy Brasil/UHE Jurumirim).

Figura 12: Hotel Pousada Paraibuna. (Fonte: Acervo da CESP/Paraibuna).



As vilas construídas nas cidades de Iacanga, Indiporã, Fernandópolis e Ouroeste, por exemplo, tiveram suas casas e demais prédios cedidos às Prefeituras Municipais com a conversão destes espaços em bairros urbanos. Este fato aconteceu em locais onde as cidades cresceram até alcançarem as vilas da CESP, ou quando as vilas foram construídas dentro das cidades. Essas doações abrangiam todo o patrimônio e entre órgãos públicos, apenas com algumas restrições quanto à sua destinação, pelas Prefeituras. A CESP manteve, assim, um acordo com estas últimas para que os empregados da empresa moradores nas casas pudessem recebê-las, via compra ou doação, como contribuintes do Município. Neste tipo de desmonte, as casas eram em sua quase totalidade reformadas pelos novos moradores, que, ao fazerem várias alterações, como as fachadas, as garagens e o número de quartos e banheiros, alteraram completamente suas características originais.

No caso da UHE de Chavantes, por exemplo, ocorreu a demolição de parte de sua vila operária e, em Jupiá, a destruição total da vila piloto, construída já prevendo sua remoção ao final das obras. Este tipo de desmonte acabou por não deixar registros do que um dia foi um núcleo residencial da CESP, assim como deixou de repassar à região as melho-

rias que poderiam ser geradas com esse tipo de empreendimento.

Por outro lado, junto às UHE's de Porto Primavera e Rosana, construiu-se um núcleo estratificado socialmente, desde os tipos de habitação até as escolas e os clubes para o lazer (engenheiros, técnicos e funcionários não especializados), com a especificidade, todavia, de ser concebido como uma "cidade aberta" que, após o fim do controle da CESP, tornar-se-ia uma cidade independente. O papel da iniciativa privada foi de grande significado para a consolidação dessa vontade, procurando sistematicamente passar todas as atividades de prestação de serviços aos órgãos públicos responsáveis, a CESP construiu, dessa maneira, somente as edificações necessárias às atividades de educação, saúde e segurança, entregando a operação e manutenção desses serviços ao Estado.

As negociações para a transferência do núcleo residencial de Porto Primavera da CESP para a Prefeitura Municipal de Rosana durara muito tempo. O núcleo tornou-se distrito somente em 1994. Primeiramente, a Companhia transferiu a administração dos serviços, dos bens móveis e imóveis, e dos equipamentos de caráter público e comunitário; depois, a responsabilidade pela utilização dos

Figura 13: Antiga vila operária de Chavantes. (Fonte: USINAS ELÉTRICAS DO PARANAPANEMA S/A, 1989, p.93).



bens e equipamentos transferidos, unicamente para a finalidade a que se destinaram, com a incumbência de darem continuidade, com o mesmo padrão de qualidade e abrangência, aos serviços até então desenvolvidos pela CESP. Hoje, com seu processo de desmonte ainda em andamento, Primavera é um distrito que visa sua autonomia plena e cuja economia é fortemente dependente das usinas hidrelétricas e do turismo, oferecendo mais uma opção de lazer para quem visita a região.

Observou-se, que a partir desse momento, a CESP passou a erguer apenas moradias imprescindíveis, destinadas somente aos construtores e com a perspectiva de serem desvinculadas da empresa logo que possível. Dessa forma, esta última assumia somente a administração e o gerenciamento do mínimo indispensável à perfeita acomodação dos trabalhadores e suas famílias, restringindo o acesso às casas e selecionando seus ocupantes. Gerenciava seus funcionários com horário industrial, turnos, condução da casa à usina e almoço. Com isso, havia sempre um veículo de plantão da usina e instalações, fixas e portáteis, para a comunicação rápida entre a usina e as casas dos técnicos, bem como pessoal de sobreaviso, nas cidades, para o atendimento das emergências na usina. Nestas foram mantidas

apenas algumas instalações de apoio, como hotéis, restaurantes, dormitórios e clubes recreativos, também desativados posteriormente.

O fato evidencia como o setor de geração de energia elétrica acompanhou o processo geral de desmonte de núcleos residenciais construídos por empresas, que se intensificou no país a partir da década de 1980. Segundo Correia (1997), isto ocorreu em um contexto de difusão de idéias e políticas neoliberais e de mudanças profundas na estrutura industrial do país, com o fechamento de muitas fábricas e alterações nos processos produtivos de outras. Segundo documento da Eletrobrás:

As vilas tornam-se, com o tempo, desnecessárias e progressivamente onerosas, terminando por se converterem em 'quistos' dentro da empresa. O problema de sua implantação deve ser estudado a longo prazo, prevendo-se o desenvolvimento que terão as regiões, inclusive em função das usinas e subestações, para aproveitar ao máximo as cidade naturais existentes, evitando-se de toda a forma possível, a criação de comunidades fechadas, artificiais, e, por outro lado, dimensionando da melhor maneira as instalações de apoio às obras, de modo a que sejam sempre que possível temporári-

Figura 14: Distrito de Porto Primavera. (Fonte: Acervo da CESP/Porto Primavera).



as e sempre afetando ao mínimo a vida e a infraestrutura das comunidades naturais existentes antes das obras (ELETROBRÁS, 1980, p.43).

Considerações finais

Como empresa estatal, a CESP entendia que suas obrigações com a sociedade iam além da produção de energia. Nesse sentido, o impacto provocado por uma usina sobre uma região deveria ser planejado, também, como uma contribuição para seu desenvolvimento. Um grande volume de recursos foi gasto na implantação desses acampamentos porque eram imprescindíveis para o funcionamento das usinas durante um certo período. Este patrimônio, formado por equipamentos e obras implantadas, poderia ser um elemento indutor capaz de modificar a economia desses lugares. Com o tempo, porém, transformações na rede urbana e na forma de administrar da CESP contribuíram para alterar o papel e o uso destes núcleos.

Assim, ficou patente durante a pesquisa, o caráter efêmero dessas vilas e núcleos e a especificidade do processo de desmonte empregado pela CESP. A conversão de um número significativo desses espaços de trabalho em áreas de lazer e turismo deveu-se muito às suas localizações, não apenas em âmbito regional, mas principalmente por suas qualidades ambientais, e pela presença de determinados equipamentos, que acabaram por torná-la a principal modalidade de desmonte de núcleos da empresa. Em termos da questão ambiental, os núcleos apresentavam, sem exceção, qualidades excepcionais como a presença do lago, de uma vegetação densa e de um tratamento paisagístico aprimorado. Seus programas também incluíam equipamentos como pousadas e clubes, prontos para a reutilização, restando basicamente a conversão das casas em apartamentos para hóspedes.

O rearranjo espacial que sofreram alguns desses espaços a partir dessa mudança de uso, correspondeu à coincidência de intenção da CESP em se desfazer desses núcleos, e das empresas e entidades ligadas ao lazer e turismo em adquiri-los e convertê-los. Esse processo singular de desmonte em que não havia a destruição das casas, mas sua conversão contribuiu para o desenvolvimento das

cidades que se apoiavam no turismo como parte fundamental de suas economias, integrando o movimento crescente de expansão dessa modalidade de lazer ligada ao turismo em áreas próximas aos lagos das usinas hidrelétricas.

Bibliografia

- BENCLOWICZ, Carla Milano. Prelúdio Modernista. Construindo a habitação operária em São Paulo. 1989. 504 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- BLAY, Eva A. Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.
- BONDUKI, Nabil G. Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo, Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP. Divisão de Arquitetura e Urbanismo. Vilas temporárias e permanentes do setor elétrico: a experiência da CESP. São Paulo: CESP, 1982.
- CORREIA, Telma de Barros. Vilas Operárias e Núcleos Fabris e de Mineração no Brasil: a Construção e o Desmonte. 2004. 267 p. Tese (Livre Docência) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004, p.:163-192.
- _____. Núcleo Fabril X Cidade Livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 5., 1998, Campinas. Anais... Campinas: PUCCAMP, 1998a.
- _____. Pedra: Plano e cotidiano operário no Sertão. Campinas: Papirus, 1998b.
- _____. Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial. In: Encontro Nacional da ANPUR, 7., 1997, Recife. Anais... Recife, UFPE, 1997, p.:715-727.
- DIVISÃO de Arquitetura e Urbanismo. Vilas temporárias e permanentes do setor elétrico: a experiência da CESP. São Paulo: CESP, 1982.
- ELETROBRÁS. Levantamento da Situação das Vilas Residenciais para operação do sistema elétrico. Relatório interno, 1ª edição, 2 v. Rio de Janeiro: ELETROBRÁS, 1980.
- EMPREENHIMENTOS Anteriores a 1986: relatório para licenciamento ambiental. Série Empreendimentos. São Paulo: CESP, n. 5, 1997.
- FARAH, Flavio & FARAH, Marta Ferreira Santos. Vilas de Mineração e de Barragens no Brasil: Retrato de uma Época. São Paulo: IPT, 1993.
- JORGE, Wilson. Acampamento de obras hidroelétricas: estratégia para sua utilização como núcleos urbanos permanentes. 1979. 90 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

- KUHL, J.C.A.; DINIZ, R.O.; FERRAZ, V.M.B. (org.). CESP: pioneirismo e excelência técnica. São Paulo: FPHESP, 2002.
- PASTA, Hélio; DIVISÃO de Arquitetura e Urbanismo. A arquitetura nas UHE's: a experiência da CESP. São Paulo: CESP, 1985.
- PLANEJAMENTO em Urubupungá: acampamento e vila de operadores da usina de Jupia. Acrópole, São Paulo, v.25, n.289, p.:1-11, dez. 1962.
- SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo: Edusp, 1999.
- SEMINÁRIO CESP Conta sua História, 1985, São Paulo. Anais... São Paulo: CESP, 1987.
- SUTO, D.S.; GRANJA, M.R.; COSTA, M.M.. Privatização da CESP e gestão de pessoas. 1998. 47 p. Monografia, S. l., s. n., 1998.
- TSUKUMO, Nina Maria Jamra (coord.). Arquitetura na CESP. São Paulo: CESP, 1994.
- _____. Arquitetura das usinas hidrelétricas: a experiência da CESP. 1989. 100 p. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- TSUKUMO, N. M. J.; CHACEL, F. M.; MELO, G. M. Implantação das obras de apoio: critérios para intervenção na paisagem. São Paulo: CESP, 1977.
- USINAS ELÉTRICAS DO PARANAPANEMA S/A - USELPA. São Paulo: CESP, 1989. (Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo, 3).
- VIANNA, Mônica P. Barra Bonita e Bariri: de núcleo residencial a centro de lazer. 2003. Relatório Final de Iniciação Científica – FAPESP, setembro de 2002 a agosto de 2003.

O desmonte e a conversão dos núcleos residenciais operários construídos pela CESP

Mônica Peixoto Vianna

Abstract

The article analysis the dismount of workers housing from Companhia Energética de São Paulo (CESP), been part of the results from the dissertation "Núcleos residenciais da CESP: o processo de desmonte", presented on October 2006. One of the issues noticed through this investigation was that this process happened in different ways, in some cases, they were alienated and sold to leisure and tourism enterprises, in others they were yielded to Fundação CESP in order to be converted into lodges, there were some where the houses were converted into neighborhoods or cities and in the most extreme cases they were demolished.

Key-words: Workers housing. Dismount. Conversion.